Relatório da Administração

1. Introdução Prezados Senhores: No Relatório da Administração da safra 20/21, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito a sociedade e perenidade da Companhia. As demonstrações financeiras incluem: o balanço patrimonial em 31/03/2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao exercício social encerrado em 31/03/2021. **1.1. Visão Geral da Companhia** A Companhia Agrícola Quatá ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa. As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas. **2. Governança 2.1. Governança Corporativa** Ao longo das últimas safras a Companhia implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, aumentar a Governança e maximizar os seus resultados. O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança e é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Companhia além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas, aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico. Essa estrutura demonstra o compromisso da Companhia com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhado com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders, visando garantir o cumprimento da missão de dar continuidade a capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável. **2.2. Política de dividendos** Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. Nesse exercício, considerando o cenário de prejuízo acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído. **2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos** A Companhia, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos: • Gestão de riscos; • Elaboração de Orçamento Plurianual; • Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento; • Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado • Auditoria Interna e Externa; • Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão; • Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos; • Gestão das obrigações fiscais com manutenção tempestiva do cumprimento das obrigações acessórias, incluindo tributos administrados pela União Federal, Estados, Municípios e Previdência Social. **3. Receita**

Receita Liquida - R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Receita Líquida	53,0	48,0	5,0	10,4%
Total	53,0	48,0	5,0	10,4%

A variação positiva na receita da Companhia é decorrente do aumento do ATR em 10,4% na safra 20/21 (R$ 0,7575) quando comparado à safra 19/20 (R$ 0,6886). **4. Custo do Produto Vendido (CPV)**

Custo de vendas - R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Açucar/Etanol	0,415	0,583	-0,168	-28,8%
Total	0,415	0,583	-0,168	-28,8%

A variação positiva no custo refere-se principalmente a depreciação. Houve baixa de ativo imobilizado e tivemos áreas que encerraram o seu ciclo de cultivo e, portanto, não houve depreciação. **5. Despesas Gerais e Administrativas**

Despesas gerais e administrativas - R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Despesas Administrativa e gerais	3,3	2,8	0,5	17,9%
Outras Receitas (despesas) op. Liquida	-25,8	-12,5	-13,3	106,4%
Total	-22,5	-9,7	-12,8	132,0%

A principal variação da linha de despesa administrativas e gerais é devida a maior provisionamento para pagamento da remuneração variável para os executivos, incremento de R$ 340,0 mil em relação à safra 19/20. Adicionalmente, houve um aumento de R$145,0 mil em impostos e taxas. O aumento das outras despesas e receitas operacionais é explicado pela conclusão de uma operação de permuta de terras, iniciada na safra 19/20, que gerou na safra 20/21 um ganho de R$ 19,8 milhões. Esse ganho é parcialmente compensado por uma menor reversão de provisões de contingências em R$ 5,7 milhões ocorrida na safra 19/20. **6. EBITDA/EBIT** O Ebitda ajustado exclui do Ebitda os efeitos apresentados na rubrica de outras despesas e receitas operacionais. Para se calcular o Ebit ajustado adicionamos a depreciação.

EBITDA/EBIT - R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Ebitda	75,6	57,6	18,0	31,3%
Ebitda Ajustado	48,7	44,2	4,5	10,1%
Ebit	75,1	57,1	17,9	31,3%
Ebit Ajustado	49,2	44,6	4,6	10,3%

Aumento de 31,3% do EBITDA é explicado em virtude principalmente da venda das terras adicionado ao aumento da receita decorrente da exploração de suas terras para o cultivo de cana de açúcar. Aumento de 10.1% do EBITIDA Ajustado é explicado principalmente pelo aumento do preço do ATR. **7. Lucro do Exercício**

Lucro Líquido - R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Lucro líquido do exercício	38,2	24,1	14,1	58,4%

A melhora no lucro líquido da Companhia é explicada principalmente pela operação de venda das terras assim como o aumento da receita proveniente da exploração agrícola de suas terras. **8. Estrutura de capital e Alongamento da dívida**

Divida Liquida- R$ MM

Descritivo	Safra 20/21	Safra 19/20	Variação R$	Variação %
Emprestimo	-124,3	-246,6	122,2	-49,6%
Mútuo	52,2	-	-52,2	0,0%
Caixa	58,7	5,0	53,6	1064,4%
Total	117,9	-241,5	123,6	-51,2%

Durante a safra 20/21, a Companhia realizou o pagamento empréstimos no valor de R$ 225,1 milhões, com objetivo de reduzir a alavancagem financeira da Companhia. No mesmo período a CAQ contraiu novos empréstimos no montante de R$ 89,7 milhões e provisionou encargos financeiros no valor de R$ 13,1 milhões. A CAQ celebrou a contratação de um mútuo junto a sua parceira Açucareira Quatá S.A no valor de R$ 50 milhões firmado em junho de 2020, com as seguintes condições: CDI +3,8% a.a., com vencimento em maio de 2025. Adicionalmente o caixa da Companhia apresentou uma variação positiva de R$ 53,6 milhões decorrente das captações realizadas e da geração de caixa com as suas operações. **9. Considerações finais** Agradecemos todos aqueles que contribuíram para mais um ciclo da Companhia, principalmente nossos colaboradores e suas Famílias, Fornecedores, Parceiros, Assessores e Consultores, membros do Conselho de Administração, e tantos outros que colaboraram para que pudéssemos superar as adversidades e buscar novas oportunidades para os nossos negócios. Aos nossos Acionistas somos gratos pelas demonstrações de confiança, que contribuíram para o desempenho da Zilor nesta safra 20/21.Permanecemos à disposição dos Senhores Acionistas para as informações que se fizerem necessárias relativamente às contas apresentadas.

Lençóis Paulista/SP, 30/06/2021. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais em - Em milhares de reais

Ativo	Nota	mar/21	mar/20
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	58.651	5.037
Clientes e outras contas a receber	11	950	63.736
Instrumentos financeiros derivativos	10	-	1.724
Adiantamentos a fornecedores		2.243	2.246
Impostos a recuperar	13	179	220
Ativo fiscal corrente	14	827	498
Total do ativo circulante		62.850	73.461
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes e outras contas a receber	11	2.455	3.831
Deposito judicial	12	739	2.373
Total do realizável a longo prazo		3.194	6.204
Outros investimentos		53	53
Imobilizado	16	796.492	796.878
Total do ativo não circulante		799.739	803.135
Total do ativo		862.589	876.596

Passivo e patrimônio líquido	Nota	mar/21	mar/20
Circulante			
Fornecedores		12	13
Empréstimos e financiamentos	17	21.459	128.841
Impostos e contribuições a recolher		12	978
Tributos parcelados	18	534	530
Salários e contribuições sociais		250	103
Adiantamento de clientes	19	-	14.434
Outras contas a pagar		22.998	301
Total do passivo circulante		45.265	145.200
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	102.855	117.720
Tributos parcelados	18	2.714	3.222
Mútuo financeiro	15	52.237	-
Dividendos a pagar	15	19.231	19.231
Provisão para processos judiciais	20	5.880	10.232
Passivo fiscal diferidos líquido	14	190.559	175.307
Total do passivo não circulante		373.476	325.712
Total do passivo		418.741	470.912
Patrimônio líquido	21		
Capital social		77.932	77.932
Ajustes de avaliação patrimonial		498.982	498.982
Prejuízos acumulados		(133.066)	(171.230)
Total do patrimônio líquido		443.848	405.684
Total do passivo e do patrimônio líquido		862.589	876.596

Demonstrações de resultados

	Nota	mar/21	mar/20
Receita operacional líquida	23	53.012	48.111
Custos das vendas	24	(415)	(583)
Lucro bruto		52.597	47.528
Despesas administrativas e gerais	24	(3.368)	(2.883)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	25	25.823	12.503
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		75.052	57.148
Receitas financeiras	26	2.039	20.274
Despesas financeiras	27	(19.624)	(38.803)
Financeiras líquidas		(17.585)	(18.529)
Resultado antes dos impostos		57.467	38.619
Imposto de renda e contribuição corrente	14	(4.051)	(1.375)
Imposto de renda e contribuição diferido	14	(15.252)	(13.157)
Lucro líquido do exercício		38.164	24.087

Demonstrações dos resultados abrangentes

	mar/21	mar/20
Lucro líquido do exercício	38.164	24.087
Resultado abrangente total do exercício	38.164	24.087

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de abril de 2019	**77.932**	**499.544**	**(195.879)**	**381.597**
Lucro líquido do exercício	-	-	24.087	24.087
Realização do custo atribuído	-	(562)	562	-
Em 31 de março de 2020	**77.932**	**498.982**	**(171.230)**	**405.684**

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de abril de 2020	**77.932**	**498.982**	**(171.230)**	**405.684**
Lucro líquido do exercício	-	-	38.164	38.164
Em 31 de março de 2021	**77.932**	**498.982**	**(133.066)**	**443.848**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	mar/21	mar/20
Resultado antes dos impostos		**57.467**	**38.619**
Ajustes de: Depreciação e amortização		556	786
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados		-	571
Provisão para processos judiciais		(4.352)	(8.358)
Resultado com derivativos		(1.336)	(1.336)
Apropriação de encargos financeiros		-	104
Juros e variações de empréstimos e financiamentos		13.108	34.067
Juros e variações de empréstimos e financiamentos - "Carve-out"		(242)	(16.038)
Juros passivos sobre mútuo financeiro		(76.329)	-
Outros ajustes de resultado		-	1
Variações no capital circulante:			
Clientes e outras contas a receber		2.456	788
Instrumentos financeiros recebidos		3.060	2.753
Adiantamentos a fornecedores		3	(4)
Impostos a recuperar		(745)	20
Depósitos judiciais		1.634	90
Fornecedores		(1)	(135)
Impostos e contribuições a recolher		(966)	363
Tributos parcelados		(368)	(317)
Salários e contribuições sociais		146	(343)
Adiantamento de clientes		(14.434)	14.434
Partes relacionadas		52.479	(1.405)
Outras contas a pagar		22.696	(2.182)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**54.832**	**62.478**
Juros pagos		(175)	(1.140)
Juros pagos em emprestimos e financiamentos	17	(23.391)	(47.430)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.594)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**27.672**	**13.908**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de recursos pela venda de imobilizados		61.707	378.921
Baixa de ativo imobilizado	16	(170)	(3.924)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**61.537**	**374.997**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Variação de mútuo financeiro		76.329	-
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	17	89.785	15.876
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	17	(201.709)	(403.762)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		**(35.595)**	**(387.886)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**53.614**	**1.019**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	**5.037**	**4.018**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9	**58.651**	**5.037**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional A Companhia Agrícola Quatá ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista/SP. Que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa. As demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras apresentadas pela Açucareira Quatá S.A. (AQ) levando-se em consideração as particularidades de cada empresa, especialmente os saldos em contas de ativo e passivos com partes relacionadas. Pandemia do Covid -19 Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Dado o fato de a principal fonte de receita da Companhia ser a comercialização de cana-de-açúcar através de parceria agrícola lastrado em contratos de longo prazo, a Companhia mesmo em suas projeções mais pessimistas concluiu que terá razoável expectativa de continuar operando no futuro previsível, com base no seu julgamento. Tendo em vista eventuais incertezas não tendem a gerar impactos materiais em seus fluxos de caixa. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis 2.1. Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do imobilizado na data de transição para os Pronunciamentos Técnicos do CPC e os ativos e passivos financeiros que são designados à valor justo por meio do resultado, mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentados na nota explicativa 7. Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras combinadas anuais da Companhia no qual o CPC 06(R2) - Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 5. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30/06/2021. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1. Incertezas sobre premissas e estimativas** Com base em premissas, a Companhia faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: Nota explicativa 21: Provisão para processos judiciais. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos. **4.2. Mensuração do valor justo** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).* A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota explicativa 23: Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis adotadas pela Companhia: a) Receita de contrato com cliente A Companhia reconhece a receita quando seu valor da receita possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades operacionais. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda: A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º/04/2018. As informações sobre as políticas contábeis relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa acima. Não foram identificados impactos relevantes quando da aplicação inicial do CPC 47. b) Receitas financeiras e despesas financeiras As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: Receita de juros; Despesa de juros; Receita de dividendos; Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. c) Imposto de renda e contribuição social O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, em 100% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente; Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável; Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço; A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos; e Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d) Imobilizado i) *Reconhecimento e mensuração* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado na data de transição da Companhia para os CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ii) *Custos subsequentes* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. iii) *Depreciação* A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa 16. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e) Instrumentos financeiros i) *Reconhecimento e mensuração inicial* Até dezembro de 2018, as contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de derivados de levedura e energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment). Atualmente, o único cliente da Companhia corresponde à Açucareira Quatá S.A., com quem a Companhia possui parceria agrícola. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) *Classificação e mensuração subsequente* Instrumentos Financeiros No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (Valor Justo reconhecido em Outros Resultados Abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo reconhecido no Resultado); É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 23). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Administração considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: Empréstimos e recebíveis; e Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados pelo valor justo na data das demonstrações financeiras individuais e as alterações são contabilizadas no resultado em "Receitas financeiras" e/ou "Despesas financeiras". iii) *Desreconhecimento* *Ativos financeiros* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. iv) *Compensação* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. v) *Instrumentos financeiros derivativos* *Instrumentos financeiros derivativos* A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. f) Redução ao valor recuperável (Impairment) i) *Ativos financeiros não-derivativos* *Instrumentos financeiros e ativos contratuais* A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou O ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisão, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperada* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que é esperado receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. *Ativos financeiros com problemas de recuperação* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui" problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial* A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. *Baixa* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *Ativos financeiros não derivativos* Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. *Ativo financeiro mensurado a custo amortizado* A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado. ii) *Ativos não financeiros* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g) Fornecedores As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas, normalmente, ao valor da fatura correspondente, ajustadas a valor presente quando aplicável. h) Provisões As provisões são reconhecidas ao valor presente quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. i) Mensuração do valor justo Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 6(b)). Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companha utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. j) Benefícios a empregados *Benefícios de curto prazo a empregados* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **7. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2020** Uma série de novas normas e alterações entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º/04/2020. A Companhia concluiu que as seguintes normas novas e alteradas não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: • Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. • Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. • Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. • Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro A pronunciamento revisou alguns novos conceitos, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. • Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para as Arrendatários em Contratos de Arrendamento. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. **8. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *IFRS 17 - Contratos de seguro:* Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: *IFRS 17 - Contratos de seguro--continuação:* • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa. *Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **9. Caixa e equivalentes de Caixa**

	mar/21	mar/20
Caixa e bancos	112	86
Aplicações financeiras	58.539	4.951
	58.651	5.037

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações compromissadas, com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 100,27% (79,70% em março de 2020), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas. **10. Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia utiliza como instrumento de proteção de taxas de juros operações com *Swap* de taxas de juros, contratadas para proteção da projeção em operações vinculadas a taxas variáveis.

	mar/21			mar/20		
	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)	Valor de referência (nocional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro (*)
Swap de Taxa de juros (Taxa pré x CDI)						
Swap de valor justo (BRL)	-	-	-	65.000	1.724	1.724
Ativo circulante		-			1.724	
		-			1.724	

(*) Valores de resultados apurados no exercício findo em 31/03/2021 e 2020, somente para os derivativos em aberto nessas datas. **11. Clientes e outras contas a receber**

	Nota	mar/21	mar/20
Contas a receber mercado interno		2.000	4.582
Contas a receber mercado interno - Alienação de ativos (a)	13 (b)	-	61.707
Provisão para perdas esperadas (b)		(2.246)	(2.244)
Outras contas a receber		3.651	3.522
		3.405	67.567
Circulante		(950)	(63.736)
Não circulante		2.455	3.831

(a) Os valores referem-se substancialmente a operação de alienação de ativos fruto da reorganização patrimonial onde a Companhia alienou sua operação agrícola para a AQ com previsão de recebimento de acordo com fluxo de passivos da Companhia. Esses passivos foram substancialmente liquidados durante os nove primeiros meses da Safra 2019/2020. (b) Os montantes referentes a perda por valor recuperável referem-se à operação de liquidação de contrato de parceria agrícola, onde a Companhia possui, junto ao ex-parceiro, saldo a receber referente a liquidações contratuais sem expectativa de monetização dos valores. **12. Depósitos judiciais**

	1º/04/2020	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/03/2021
Tributárias	1.705	-	(1.705)	-	-
Cíveis e ambientais	6	-	(6)	-	-
Trabalhistas	662	177	(100)	-	739
Total de depósitos judiciais	2.373	177	(1.811)	-	739

	1º/04/2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/03/2020
Tributárias					
Cíveis e ambientais	1.797	-	(92)	-	1.705
Trabalhistas	6	-	-	-	6
	662	217	(217)	-	662
Total de depósitos judiciais	2.465	217	(309)	-	2.373

13. Impostos a recuperar	mar/21	mar/20
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	3	3
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	162	217
Outros	14	-
Circulante	179	220

14. Imposto de renda e contribuição social a) Composição, natureza e realização dos impostos

	Saldo em 31/03/2020	Reconhecidos no resultado (12 meses)	Saldo em 31/03/2021
Ativo não circulante			
Prejuízos fiscais do IR	58.385	(9.908)	48.477
Base negativa da CS	19.903	(3.677)	16.226
Tributos Sub-júdice e honorários judiciais	729	(729)	-
Outros	9.006	(939)	8.067
	88.023	(15.253)	72.770
Passivo não circulante			
Imobilizado – custo atribuído	(256.919)	-	(256.919)
Outros	(6.411)	1	(6.410)
	(263.330)	1	(263.329)
Efeito líquido no resultado e passivo fiscal diferido líquido	(175.307)	(15.252)	(190.559)

A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos exercícios a serem encerrados em:

	mar/21	mar/20
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.999	1.304
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	70.771	86.719
	72.770	88.023

A Administração preve a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Exercícios	**Valor**
2020/2021	11.000
2021/2022	10.352
2022/2023	9.058
2023/2024	9.705
2024/2025	11.000
2025/2026	11.647
A partir de 2025/2026	1.941
	64.703

Diferenças Temporárias	**Valor**
Contigências	2.000
Provisão para perdas esperadas	5.253
Outras	814
	8.067
Total	72.770

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos. b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	mar/21			mar/20		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	57.467	57.467	57.467	38.619	38.619	38.619
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	(14.367)	(5.172)	(19.539)	(9.655)	(3.476)	(13.131)
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Outras adições e exclusões permanentes	(8)	244	236	(1.265)	(136)	(1.401)
Tributos no resultado	(14.375)	(4.928)	(19.303)	(10.920)	(3.612)	(14.532)
Corrente	(2.871)	(1.180)	(4.051)	(1.003)	(372)	(1.375)
Diferido	(11.504)	(3.748)	(15.252)	(9.917)	(3.240)	(13.157)
Tributos no resultado	(14.375)	(4.928)	(19.303)	(10.920)	(3.612)	(14.532)
Alíquota efetiva	25,0%	8,6%	33,6%	28,3%	9,4%	37,6%

c) Ativo fiscal corrente	mar/21	mar/20
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e	-	-
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	827	498
	827	498

(i) IRPJ e CSLL Correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante o exercício e exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal, que serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais sem ocorrência de perdas. A Administração da Companhia estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas. **15. Partes relacionadas** a) Operações com pessoal-chave: O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante pago referente à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício findo em 31/03/2021 foi no valor de R$ 111 e em 31/12/2020 decorrente da reorganização patrimonial não houve montante pago.

Continua...

Continuação...

Saldos	Nota	AQ	Acionistas	mar/21 Total
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iii)	15	2.155	-	2.155
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iii)	15	4.292	-	4.292
Dividendos propostos (ii)		-	19.231	19.231
Mútuo financeiro (iv)		52.237	-	52.237

Operações	Nota	AQ	Acionistas	mar/21 Total
Receitas operacionais		24	53.101	53.101
Receitas financeiras		27	242	242
Despesa financeira - FINEP (iii)			(264)	(264)

Saldos	Nota	AQ	Acionistas	mar/20 Total
Ativo circulante				
Clientes e outras contas a receber - Vendas diversas (i)	11	61.707	-	61.707
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iii)	15	2.170	-	2.170
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - Repasse de recursos FINEP (iii)	15	6.379	-	6.379
Dividendos propostos (ii)		-	19.231	19.231

Operações	Nota	AQ	Acionistas	mar/20 Total
Receitas operacionais		24	48.231	48.231
Receitas financeiras		27	16.038	16.038
Despesa financeira - FINEP (iii)			(1.096)	(1.096)

(i) Contas a receber - Vendas diversas Refere-se, substancialmente, a venda de ativos (*carve-out*) realizada entre a CAQ e a AQ. Os bens alienados foram avaliados a valor justo por empresa independente, em março de 2020 o saldo dessa operação apresentado no ativo era de R$ 61.707. (ii) Dividendos a pagar Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 10/12/2004 a CAQ procedeu à contabilização de dividendos a serem distribuídos no montante de R$ 38.329 com a delegação de poderes à diretoria para estabelecer a forma e a época do pagamento, em uma ou mais parcelas, facultada a interrupção ou suspensão dos pagamentos a qualquer tempo, sempre que os interesses da Companhia viessem a recomendar qualquer uma dessas medidas. Em 8/12/2010 conforme Ata de Reunião da Diretoria constou deliberado o pagamento parcial no montante de R$ 19.098 no decorrer do exercício de 2011, remanescendo o valor de R$ 19.231 para futura deliberação de pagamento.

	Saldo em 31/03/2020	Deliberado	Pagamento	Saldo em 31/03/2021
Assembleia Geral Extraordinária em 10/12/2004				
Dividendos propostos (a)				
Companhia Agrícola Quatá	19.231	-	-	19.231
Passivo não ciculante	19.231			19.231

(i) FINEP A parte relacionada AQ contratou uma linha de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, cujo objetivo era financiar projetos de inovação tecnológica no processo produtivo da cana-de-açúcar e seus derivados. A Companhia como na ocasião da contratação era membro de parte dos projetos financiados firmou o contrato de financiamento como coexecutora e fiadora e, em paralelo, celebrou um instrumento particular de compartilhamento de recursos com a AQ no qual a financiada efetua o repasse dos recursos correspondentes aos projetos da Companhia, que assume proporcionalmente os encargos e obrigações da operação de financiamento, mesmo após a reorganização patrimonial. (ii) Mútuo financeiro Refere-se ao contrato de mútuo financeiro firmado entre a Companhia e a AQ com vencimento firmado para maio de 2025.

16. Imobilizado a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Outros	Obras em andamento	Imobilizações - entressafra	Total
Em 1º de abril de 2019	783.869	683	7.549	85	2.206	204	794.596
Aquisição	3.655	-	-	-	-	269	3.924
Alienação (residual)	(856)	-	-	-	-	-	(856)
Depreciação	-	(11)	(435)	(11)	-	(329)	(786)
Em 31 de março de 2020	786.668	672	7.114	74	2.206	144	796.878
Custo total	786.668	1.802	11.209	93	2.206	144	802.122
Depreciação acumulada	-	(1.130)	(4.095)	(19)	-	-	(5.244)
Valor líquido	786.668	672	7.114	74	2.206	144	796.878
Em 31 de março de 2020	786.668	672	7.114	74	2.206	144	796.878
Aquisição	3	-	-	-	-	167	170
Depreciação	-	(11)	(401)	-	-	(144)	(556)
Em 31 de março de 2021	786.671	661	6.713	74	2.206	167	796.492
Custo total	786.671	1.803	11.209	93	2.206	167	802.149
Depreciação acumulada	-	(1.142)	(4.496)	(19)	-	-	(5.657)
Valor líquido	786.671	661	6.713	74	2.206	167	796.492
Valor líquido de:							
Custo histórico	30.854	661	6.713	74	2.206	167	40.675
Mais-valia	755.817	-	-	-	-	-	755.817
	786.671	661	6.713	74	2.206	167	796.492
Vida útil		de 25 a 50 anos	de 13 a 25 anos	de 3 a 10 anos			

17. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	mar/21	mar/20
Moeda nacional:				
Linhas do BNDES	9,17	PRÉ	18.066	23.909
Linhas do BNDES	3,56	TJLP	14.936	26.825
Linhas do BNDES	5,54	SELIC	5.634	8.421
FINEP - Repasse de recursos - Mútuo financeiro	3,52	PRÉ	6.447	8.549
Crédito rural	6,67	PRÉ	2.688	3.517
Capital de giro		PRÉ	-	143.806
Capital de giro	4,00	+ CDI	76.543	31.534
			124.314	246.561
Circulante			(21.459)	(128.841)
Não circulante			102.855	117.720

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	mar/21	mar/20
De 25 a 36 meses	25.600	48.127
De 37 a 48 meses	28.767	43.294
De 49 a 60 meses	24.681	21.361
De 61 a 72 meses	23.775	2.890
De 73 a 84 meses	32	1.980
De 85 a 96 meses	-	68
	102.855	117.720

As linhas de empréstimos e financiamentos possuem, ainda, avais de empresas ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens. Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2021:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2020	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2021
Empréstimos e financiamentos						
Moeda						
Nacional	246.561	89.785	201.709	23.391	13.068	124.314
Total	246.561	89.785	201.709	23.391	13.068	124.314

a) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

	Saldo inicial em 1º de abril de 2019	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Saldo final em 31 de março de 2020
Empréstimos e financiamentos						
Moeda						
Nacional	648.053	15.876	403.762	47.430	33.824	246.561
Total	648.053	15.876	403.762	47.430	33.824	246.561

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos e financiamentos na data de 31/03/2021 foi de 7% a.a. (9,5% a.a. em março de 2020). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R$ 18.784 (R$ 35.140 em março de 2020) (nota explicativa 28). Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos foram de R$ 23.391 (R$ 47.430 em março de 2020), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R$ 816 (R$ 76 em março de 2020) (nota explicativa 27). Considerando R$ 24.207 (R$ 47.354 em março de 2020). **18. Tributos parcelados**

	mar/21	mar/20
INSS - verbas sobre a folha de salários	2.474	2.773
INSS - salário educação	518	655
PIS - sobre faturamento - Lei 10.637/2002	256	324
	3.248	3.752
Circulante	(534)	(530)
Não circulante	2.714	3.222

Os tributos parcelados referem-se a fatos anteriores a reorganização patrimonial, sendo assim, permaneçam sob reponsabilidade da Companhia. **19. Adiantamentos a clientes** Refere-se a adiantamentos recebidos em decorrência de contrato de parceria agrícola firmado com a Açucareira Quatá S.A. no montante de R$ 14.434 e que serão compensados até o final do exercício com a entrega de cana-de-açúcar referentes a cota parte da Companhia no contrato de parceria. **20. Provisão para processos judiciais**

	1º/04/2020	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/03/2021
Tributárias	5.540	-	(8.520)	3.560	580
Cíveis e ambientais	-	139	(58)	-	81
Trabalhistas	4.692	1.860	(1.333)	-	5.219
Total de passivos contingentes	10.232	1.999	(9.911)	3.560	5.880

	1º/04/2019	Adições	Reversões	Atualização monetária	31/03/2020
Tributárias	16.622	3.835	(15.130)	213	5.540
Trabalhistas	1.755	3.152	(215)	-	4.692
Total de passivos contingentes	18.377	6.987	(15.345)	213	10.232

A Companhia possui outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas pela Companhia e com o auxílio dos seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R$ 142.390 em março de 2021 (R$ 113.703 em março de 2020). Além desses, existem outros processos que não puderam ser mensurados com suficiente segurança. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos. **21. Patrimônio líquido** a) Capital social O capital social está representado por 125.071.236.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado. b) Reserva legal A reserva legal será constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, quando aplicável, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital. c) Ajuste de avaliação patrimonial É composto dos efeitos da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico - CPC 27 - Ativo Imobilizado e da Interpretação Técnica - ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 na data de transição (1°/01/2009), deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos. d) Dividendos propostos Os dividendos serão destinados de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, que estabelece uma série de regras e limites para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais, entre estes, à manutenção de indicadores saudáveis de endividamento. Nesse exercício, considerando o cenário de prejuízo acumulado, nenhum dividendo mínimo obrigatório foi constituído. **22. Instrumentos financeiros** a) Classificação contábil e valores justos A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. a) Classificação contábil e valores justos

	Valor contábil			mar/21 Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	58.539	-	58.539	58.539
Total	58.539	-	58.539	58.539
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	112	112	112
Clientes e outras contas a receber	-	3.405	3.405	3.405
Total	-	3.517	3.517	3.517
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	12	12	12
Empréstimos e financiamentos	-	124.314	124.314	124.314
Outras contas a pagar	-	22.998	22.998	22.998
Dividendos a pagar	-	19.231	19.231	19.231
Mútuo financeiro	-	52.237	52.237	52.237
Total	-	218.792	218.792	218.792

	Valor contábil			mar/20 Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Caixa e quivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4.951	-	4.951	4.951
Instrumentos financeiros derivativos	1.724	-	1.724	1.724
Total	6.675	-	6.675	6.675
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	-	86	86	86
Clientes e outras contas a receber	-	67.567	67.567	67.567
Total	-	67.653	67.653	67.653
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Fornecedores	-	13	13	13
Adiantamento de clientes	-	14.434	14.434	14.434
Empréstimos e financiamentos	-	246.561	246.561	246.561

	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	mar/21 Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	12	12	12	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	124.314	147.798	16.632	10.404	32.858	87.870	34
Outras contas a pagar	22.998	22.998	22.998	-	-	-	-
	147.324	170.808	39.642	10.404	32.858	87.870	34

	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	mar/20 Mais do que 5 anos
Passivos							
Fornecedores	13	13	13	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	246.561	272.780	90.598	45.738	58.221	78.153	70
Outras contas a pagar	301	301	301	-	-	-	-
	246.875	273.094	90.912	45.738	58.221	78.153	70

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta. iv) *Risco de mercado* Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

23. Receita operacional líquida	mar/21	mar/20
Receita bruta de venda	53.101	48.231
Impostos sobre vendas	(89)	(120)
	53.012	48.111

Os exercícios comparativos apresentam reflexos da implementação da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1 a partir de 1°/01/2019, no qual, a Companhia deixou de atuar ativamente na produção de cana-de-açúcar e passou a explorar suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola. O mesmo é válido para nota explicativa 16. **24. Despesas operacionais por natureza**

	mar/21	mar/20
Custo		
Depreciação e amortização	398	506
Serviços prestados por terceiros	-	16
Outros gastos	17	61
	415	583
Despesas Administrativa		
Despesa com pessoal	989	511
Serviços prestados por terceiros	403	271
Indenizações	393	403
Outros gastos	1.583	1.698
	3.368	2.883
Total despesas e custo	**3.783**	**3.466**
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	415	583
Despesas administrativas e gerais	3.368	2.883
	3.783	3.466

25. Outras receitas operacionais líquidas	mar/21	mar/20
Receita (i)	22.209	2.424
Provisão contingência	2.590	(6.771)
Resultado venda imobilizado - lavoura	559	1.010
Custos	-	364
Recuperação de outras despesas operacionais (ii)	(42)	15.069
Outras	507	407
	25.823	12.503

(i) Refere-se a permuta de terras pela Turvinho Participações.
(ii) Refere-se a reversão de algumas contingências tributárias que a Companhia possuía. **26. Receitas financeiras**

	mar/21	mar/20
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	839	3.972
Juros sobre aplicações financeiras	816	76
Juros operação Carve-Out (i)	242	16.038
Juros sobre atualização de créditos tributários	142	188
	2.039	20.274

(i) Referem-se à atualização decorrente do saldo a receber pela venda da atividade agrícola com a AQ. **27. Despesas financeiras**

	mar/21	mar/20
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(18.784)	(35.140)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(712)	(2.240)
Juros sobre demais operações	(23)	(317)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(105)	(758)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	-	(348)
	(19.624)	(38.803)

28. Compromissos A Companhia possui compromissos de venda de cana-de-açúcar com sua parte relacionada AQ decorrente do contrato de parceria agrícola até 2032, com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser vendida é calculada em função da parcela do fruto que lhe cabe no contrato de parceria agrícola por área geográfica. O montante a ser recebido pela Companhia será determinado ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. **29. Avais, fianças e garantias** A Companhia **é avalista** de suas partes relacionadas em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

	mar/21	mar/20
Açucareira Quatá S.A.	600.000	600.000
	41.862	238.503
	641.862	838.503

A Companhia Agrícola Quatá concedeu garantia a Açucareira Quatá S.A que captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira, no montante total de R$ 600.000, em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R$600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14/11/2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 14/10/2020 e sete amortizações semestrais a partir de 15/10/2021. **30. Aspectos ambientais** A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais, entretanto, foram substancialmente reduzidas em função da reorganização patrimonial comentada na nota explicativa 1. Mesmo assim, a Companhia em harmonia com as demais empresas da Zilor diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Diretoria
Fabiano José Zillo | Marcos Ponce de Leon Arruda
Contador
Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Agrícola Quatá Lençóis Paulista - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Agrícola Quatá. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos Auditoria dos valores correspondentes** As demonstrações financeiras Companhia relativas ao exercício findo em 31 de março de 2020 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 26 de junho de 2020, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de junho de 2021.
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. - CRC 2SP034519/O-6
José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4